

e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — O imóvel a que se refere esta lei será restituído ao Estado, sem indenização por quaisquer benfeitorias, ao término do prazo contratual.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de agosto de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Antonio Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de agosto de 1977

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.º

LEI N.º 1.373, DE 30 DE AGOSTO DE 1977

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Batatais, terrenos situados nessa localidade

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Município de Batatais, 2 (duas) áreas de terras situadas nessa localidade, uma das quais, denominada Area "A", destinada à construção de casas populares, e a outra, denominada Area "B", à abertura de via pública, conforme Planta n.º 4.969, elaborada pela Procuradoria Geral do Estado, assim descritas e confrontadas:

Area A — Inicia no ponto "A", situado na interseção dos alinhamentos prediais do prolongamento da Rua Coronel Ovidio com a Avenida Arthur Lopes de Oliveira; daí, segue o alinhamento predial desta última, confrontando com a mesma, na distância de 438 m (quatrocentos e trinta e oito metros), até encontrar o ponto "B"; deste, deflete à esquerda e segue a cerca de divisa, confrontando com próprio municipal, na distância de 80 m (oitenta metros), até encontrar o ponto "C"; deste, deflete à esquerda e segue em curva a cerca de divisa, confrontando ainda com próprio municipal, na distância de 163 m (cento e sessenta e três metros), até encontrar o ponto "D"; deste, deflete à esquerda e segue a cerca de divisa, confrontando, ainda, com próprio municipal, na distância de 30 m (trinta metros), até encontrar o ponto "E"; deste, deflete à esquerda e segue a linha de divisa, confrontando com próprio municipal, na distância de 191 m (cento e noventa e um metros), até encontrar o ponto "F"; deste, deflete à direita e segue a linha de divisa, confrontando com próprio estadual, na distância de 270 m (duzentos e setenta metros), até encontrar o ponto "G"; deste, deflete à esquerda e segue o prolongamento da rua Coronel Ovidio, confrontando com a mesma, na distância de 127 m (cento e vinte e sete metros), até encontrar o inicial "A", perfazendo esses alinhamentos e distâncias a superfície de 61.347,30 m² (sessenta e um mil, trezentos e quarenta e sete metros quadrados e trinta decímetros quadrados).

Area B — Inicia no ponto "A", situado na cerca de divisa; daí, segue a linha de divisa, confrontando com próprio estadual, na distância de 243 m (duzentos e quarenta e três metros), até encontrar o ponto "B"; deste, deflete à esquerda e segue a cerca de divisa, confrontando com próprio municipal na distância de 29 m (vinte e nove metros), até encontrar o ponto "C"; deste, deflete à esquerda e segue a linha de divisa, confrontando com próprio estadual, na distância de 196 m (cento e noventa e seis metros), até encontrar o ponto "D"; deste, deflete à esquerda e segue a cerca de divisa, confrontando com próprio municipal, na distância de 40 m (quarenta metros), até encontrar o ponto inicial "A", perfazendo esses alinhamentos e distâncias a superfície de 3.430,70 m² (cinco mil, quatrocentos e trinta metros quadrados e setenta decímetros quadrados).

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização dos imóveis para os fins a que se destinam e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, no caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — Da escritura também deverá constar cláusula pela qual o Município se obrigue a calçar ou asfaltar a via de acesso ao Lar Santo Antonio.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de agosto de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Mário de Moraes Altenfelder Silva, Secretário da Promoção Social

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de agosto de 1977

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.º

IMPrensa Oficial do Estado S. A. DIÁRIO OFICIAL

Diretor-Superintendente: Wanddyck Freitas

ADMINISTRAÇÃO
RUA DA MOOCA, 1921

REDAÇÃO E OFICINAS
RUA JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 152

ASSINATURAS

DIÁRIO DO EXECUTIVO, DIÁRIO DA JUSTIÇA E DIÁRIO DE INEDITORIAIS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual Cr\$ 400,00
Semestral Cr\$ 200,00

FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS

Anual Cr\$ 320,00
Semestral Cr\$ 160,00

VENDA AVULSA

Número do dia Cr\$ 3,00
Número atrasado Cr\$ 3,50

As assinaturas poderão ser tomadas em qualquer data e os prazos de 1 ano ou 6 meses, serão contados do dia imediato ao que constar do recibo.

A renovação deverá ser feita com antecedência de 30 dias da data do vencimento da assinatura, diretamente à IMESP, à Rua da Mooca n.º 1921 — CEP 03103-SP, ou através de carta acompanhada de cheque nominal à Imprensa Oficial do Estado S/A, pagável na praça de São Paulo, conforme verificação de vencimento no cabeçalho de endereçamento do jornal. Vencido o prazo, será suspensa independentemente de aviso-prévio.

Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser acompanhados de comprovante de sua situação funcional.

TELEFONE (PABX): 291-3344

Assinaturas Ramal 21 Oficina do Jornal Ramal 29
Publicidade Ramal 20 Artes Gráficas Ramal 50
Venda Avulsa Ramal 23

DIRETORIA

Telefones Diretos:

Diretor Superintendente 92-2863
Diretor Administrativo 292-3637
Diretor Comercial 92-3024
Diretor do Jornal 93-0484

DIRETORIA COMERCIAL

Seção de Compras 292-5438

PUBLICIDADE

RUA DA MOOCA, 1921

Agência Central: Rua Maria Antônia, 294 256-7232

LEI N.º 1.374, DE 30 DE AGOSTO DE 1977

Dá a denominação de "Promotor Aluísio Arruda" ao Fórum da Comarca de Osasco

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Promotor Aluísio Arruda" o Fórum da Comarca de Osasco.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 30 de agosto de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de agosto de 1977

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.º

DIÁRIO DO EXECUTIVO do Governo do Estado

DECRETO N.º 10.235, DE 30 DE AGOSTO DE 1977

Aprova os Estatutos da «Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso»

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 1.º da Lei n.º 1.238, de 22 de dezembro de 1976,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam aprovados os Estatutos da «Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso», anexos, cuja instituição foi autorizada pela Lei n.º 1.238, de 22 de dezembro de 1976.

Artigo 2.º — A «Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso» se regerá pela Lei n.º 1.238, de 22 de dezembro de 1976, e pelos Estatutos aprovados por este decreto que entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de agosto de 1977

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Péricles Eugênio da Silva Ramos, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria do Governo, aos 30 de agosto de 1977

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais

ESTATUTOS DA "FUNDAÇÃO ESTADUAL DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO"

CAPÍTULO I

Da Fundação e seus Objetivos

Artigo 1.º — A «Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso» rege-se pela Lei n.º 1.238, de 22 de dezembro de 1976, e pelos presentes Estatutos.

Artigo 2.º — A Fundação, pessoa jurídica dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira, é vinculada à Secretaria da Justiça.

Artigo 3.º — A Fundação terá prazo de duração indeterminado, sede e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Artigo 4.º — A Fundação terá por objeto contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, através da elevação do nível de sanidade física e moral, do adiestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado, propondo-se, para tanto, a:

I — concorrer para a melhoria do rendimento do trabalho executado pelos presos;

II — oferecer ao preso novos tipos de trabalho, compatíveis com sua situação na prisão e que tenham sido previamente aprovados pelo Diretor do estabelecimento penal respectivo;

III — proporcionar a formação profissional do preso, em atividades de desempenho viável, após a sua liberação;

IV — concorrer para a laborterapia, mediante a seleção vocacional e o aperfeiçoamento profissional do preso;

V — colaborar com o Departamento dos Institutos Penais do Estado-DIPE e com outras entidades, na solução de problemas de assistência médica, moral e material ao preso, à sua família, bem como à família da vítima do delito;

VI — concorrer para o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, com vistas à melhoria, qualitativa e quantitativa, da produção dos presídios, com a elaboração de planos especiais para as atividades industriais, agrícolas e artesanais,